

SPERANDIO, Milena Marques Ferreira

MARTINS, Adriane – Orientadora

INTRODUÇÃO

A noção de autonomia muitas vezes é associada à noção de independência, de autogoverno. Entretanto, as ações escolares acontecem “num contexto de interdependência e num sistema de relações” (BARROSO, 1996, p. 17), onde existem “níveis de autonomia, relações de interdependência e estabelecimento de competências, fundamentos importantes para o federalismo e para a manutenção dos sistemas educacionais” (OLIVEIRA, 2014, p. 254). Com os preceitos que a regulam, percebe-se que a autonomia escolar tem se traduzido em transferência de responsabilidades do Sistema para a escola, principalmente quanto à utilização de recursos financeiros, devendo o Gestor Escolar prestar contas dos resultados alcançados (BRASIL, 1988). Assim, na verdade, existe uma desconcentração de tarefas e não de poder (REZENDE, 2005), uma autonomia restrita dada aos Gestores Escolares e uma cobrança excessiva para alcance de metas. Dessa forma, este trabalho teve por objetivo verificar quais são os desafios intraescolares encontrados pelos diretores das escolas estaduais de Ubá na busca por resultados educacionais, bem como identificar as formas de responsabilização às escolas impostas pelo Governo.

METODOLOGIA

Para a pesquisa bibliográfica, foram utilizados livros, revistas, artigos e materiais públicos, como leis e sites relacionados à autonomia e responsabilização. Segundo Vergara (2006, p. 48), “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material acessível ao público em geral”. Por meio da abordagem de pesquisa qualitativa e auxílio da pesquisa bibliográfica, o objetivo desta pesquisa foi realizar uma investigação do tipo exploratória, utilizando como instrumento de investigação a entrevista semiestruturada aplicada aos diretores das escolas públicas do município de Ubá, que conta hoje com 17 escolas da rede estadual e 28 escolas da rede municipal de ensino. No entanto, este trabalho se restringiu à rede estadual de ensino. As entrevistas foram realizadas por meio do formulário do Google Docs enviado para o e-mail institucional das escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De partida foi verificado se as ações do plano de gestão estão sendo cumpridas, se o gestor revisa com frequência seu plano e se faz adaptações à medida em que são cumpridas as metas e/ ou encontrando obstáculos para efetivar seu cumprimento. Analisando as respostas, afirmam que sempre revisam seus planos de gestão, buscando capacitação, aprimoramento, aprendizagens de qualidade e uma gestão participativa e democrática. Afirmaram que as ações para este ano foram readaptadas para trabalho remoto e atingir os objetivos. Quando questionados sobre os desafios intraescolares encontrados, na sua gestão, na busca por resultados educacionais eles relacionaram em ordem de relevância: o aluno, que não se interessa, tem dificuldade, não tem apoio da família; o trabalho burocrático do gestor; escassez de recursos didáticos; desenvolver projetos envolvendo os professores; limitação estatal quanto ao número de professores e funcionários; a destinação imposta pelo governo na utilização dos recursos financeiros recebidos; o professor, que não se qualifica através de formação continuada ou é descompromissado e o Supervisor Pedagógico. Os dados recolhidos sobre os desafios intraescolares que interferem nos resultados educacionais, denotam as semelhanças em escolhas nas alternativas sugeridas como a destinação imposta pelo governo na utilização dos recursos financeiros recebidos. Isso traz um grande desdobramento pois o recurso financeiro só pode ser gasto para o que está pré-estabelecido, do contrário o diretor responde administrativamente e até judicialmente. Como afirma Rezende (2005) o governo descentraliza recursos financeiros especificando, muitas das vezes, como, quando e onde utilizá-los. Os diretores entrevistados afirmaram que os diferentes resultados acadêmicos entre as escolas podem estar associados aos fatores estruturais como um espaço físico amplo e adequado que conte com laboratórios de

informática, de biologia, ciências, física, química e salas de aula equipadas com o mínimo de recursos pedagógicos, e fatores organizacionais como número de funcionários efetivos, formação dos profissionais, organização de seus processos e currículo, números de alunos por turma, perfil do aluno e participação da família na vida escolar do aluno. Com uma interrogativa sobre se o Governo monitora os resultados da escola, os gestores foram unânimes em dizer que sim, através das avaliações externas e acompanhamento das avaliações internas através do sistema SIMADE e o Diário Escolar Digital, assim como as constantes visitas do serviço de Inspeção às escolas. Todos os diretores entrevistados afirmaram que existe pactuação de metas com a escola. Dentre elas citam melhorar os resultados do IDEB, diminuir a evasão e a reprovação, melhorar a frequência e o nível de aprendizado dos alunos através observado através das avaliações externas, aumentar o número de alunos na participação do ENEM, e outras metas pactuadas na avaliação de desempenho do gestor e de cada servidora da escola. Os diretores confirmaram que é dever da escola divulgar seus resultados obtidos à comunidade escolar. Eles o fazem através de reuniões internas com servidores e Colegiados Escolar, reuniões bimestrais com as famílias dos alunos, murais da escola, mídias sociais da escola, além da própria mídia do governo. Quando perguntados sobre a interferência dos resultados na procura dos alunos e dos professores pela escola, 84% dos diretores afirmaram que sim, que tanto os alunos quanto os professores buscam uma educação de qualidade e 16% disseram que não. Um diretor afirmou ainda que não é somente os resultados os responsáveis pela procura dos alunos pela Escola, mas a infraestrutura minimamente satisfatória, professores de excelência e capacitados para lecionar, uma Proposta Política Pedagógica eloquente e uma escola organizada e disciplinada também são fatores que contribuem pela procura por determinada escola. Os diretores afirmaram que não existe forma de premiação ou punição dadas/impostas à escola pelo Governo, a não ser disponibilização de verbas diferenciadas de acordo com o alcance das metas traçadas. As escolas entrevistadas atualmente não participam de projeto específico do Governo Estadual ou Federal que se levou em consideração as notas das avaliações externas. Cerca de 83% dos diretores acreditam que políticas de premiação para os professores contribuem com os resultados da escola, estimulam a busca por aperfeiçoamento e formação continuada. Apenas um diretor afirma que o maior incentivo para os professores ajudarem as escolas a obter um melhor resultado é um melhor plano de carreira e uma melhor valorização salarial da classe, para daí terem a mínima condição de se capacitarem e oferecer uma aula de melhor qualidade aos alunos.

CONCLUSÃO

Conclui-se que todas as informações adquiridas com a pesquisa, geraram conhecimento sobre a execução dos planos de gestão, a autonomia e as metas estabelecidas pelo governo e impostas às escolas. Apesar da falta de responsabilização pelos baixos resultados educacionais, as escolas buscam sempre atingir as metas do Governo bem como cumprir seu Plano de Gestão elaborado quando da posse no cargo de Diretor Escolar.

REFERÊNCIAS

- ARRETCHE, Marta T. S. Mitos da Descentralização – Mais democracia e eficiência nas políticas públicas? ANPOCS. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.11, n. 31, São Paulo, jun. 1996. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs31_03.pdf. Acesso em: 14 mar. 2020.
- BARROSO, João. O estudo da autonomia da escola: da autonomia decretada à autonomia construída. In: BARROSO, João. **O estudo da escola**. Porto: Porto Editora, 1996.
- LIBÂNIO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2015.
- LÜCK, H. Dimensões de gestão escolar e suas competências. Curitiba: Positivo, 2009.